

# **PATRIMÔNIO “ADORMECIDO”: ACERVO ARQUEOLÓGICO PRÉ-COLONIAL NOS MUSEUS MUNICIPAIS DO VALE DO TAQUARI, RS**

Patrícia Schneider\*

## **RESUMO**

O presente trabalho trata da valorização do patrimônio arqueológico pré-colonial, lotado nas instituições de preservação, guarda e exposição de três municípios da região do Vale do Taquari/RS. Os três municípios selecionados para a pesquisa são Arvorezinha, Lajeado e Taquari e as instituições são, respectivamente, Museu Municipal de Arvorezinha, Museu Histórico Bruno Born e Casa Costa e Silva. O objetivo principal da pesquisa foi diagnosticar o espaço e tratamento dispensado à cultura material pré-colonial nestes lugares de memória e verificar se recebem um tratamento diferenciado em relação aos materiais históricos. O trabalho foi realizado por meio de levantamento de dados em pesquisa de campo, com preenchimento de uma Ficha Diagnóstico, previamente elaborada. O resultado a que se chegou é que nas instituições pesquisadas o material encontra-se desprestigiado em contraponto aos materiais históricos, não estando devidamente contextualizado, sendo visto como objeto de curiosidade, excentricidade, sem relação com a comunidade que os expõe.

**Palavras-chave:** acervo arqueológico; lugares de memória; patrimônio.

## **ABSTRACT**

This study handles over the appreciation of the pre-colonial archaeological heritage, placed in institutions of preservation, guard and exposition of three towns in Vale do Taquari/RS region. The three selected towns are Arvorezinha, Lajeado e Taquari and the institutions are, respectively, the Museu Municipal de Arvorezinha; Museu Histórico Bruno Born and Casa Costa e Silva. The main purpose of the present research was to diagnose the space and the treatment dispensed to pre-colonial material culture in these places of remembrance and to verify if they receive a different treatment in relation to historical materials. The study was accomplished through data collection, based on field research method, with the filling out of a diagnosis form, previously elaborated. The result achieved suggests that, in the institutions researched, the archaeological materials are discredited, in opposition to the historical ones, and they aren't correctly contextualized, being observed as curious and eccentric objects, without any relation to the local community.

**Key Words:** archaeological collections; places of remembrance; heritage

---

\* Coordenadora do Centro de Memória, Documentação e Pesquisa da Univates, Mestre em Patrimônio Cultural pela UFSM, graduada em Licenciatura em História pela Univates.

## INTRODUZINDO O TEMA

O estudo visou apresentar e discutir o tratamento dispensado à cultura material pré-colonial nos três museus municipais selecionados para esse trabalho, na região do Vale do Taquari/RS.

O interesse em escrever sobre o tema surgiu durante as diversas visitas realizadas aos municípios do Vale do Taquari/RS. Durante as visitas às instituições municipais de preservação do patrimônio local e regional, algumas situações eram diagnosticadas. Em alguns casos, quando os responsáveis por esses locais eram questionados quanto à presença de materiais arqueológicos, respondiam não possuir no acervo da instituição este tipo de material, o que era refutado quando se andava pelos espaços da instituição e se encontrava alguns exemplares. Essa resposta demonstrava o desconhecimento não só quanto ao acervo que possuem, mas também quanto à pré-história regional.

Outra situação em resposta a mesma pergunta, era ser direcionado a um pequeno espaço, onde escondido entre diversos materiais históricos, o material arqueológico pré-colonial era apresentado, com a colocação de que se possuía sim esse tipo de material e que estava ali, “no cantinho”. Encontrou-se também situações inusitadas, como a pintura do material pré-colonial, como que para embelezá-lo, permitindo assim que esses materiais pudessem ser equiparados à cultura material histórica, essa sim considerada importante.

Comum em todas as instituições visitadas foi a falta de informações adequadas expostas juntamente com os materiais e sobre eles. As peças continham somente dados do doador, ano de doação e estavam identificadas genericamente como pertencentes a grupos indígenas que se localizavam no território do então município no passado. Ao que parece, mais importante que a peça em si e sua contextualização histórica, era o nome do doador.

Desse modo, analisar o espaço destinado à cultura material arqueológica pré-colonial nos três lugares de memória<sup>1</sup> dos municípios do Vale do Taquari/RS, por meio de um levantamento em forma de diagnóstico, tentou-se entender qual a relação desses materiais com a comunidade contemporânea que os expõe nestas instituições públicas, e questionar qual o laço de identidade, se é que existe, com a cultura pretérita regional.

O levantamento de dados considerou se o espaço público de guarda de acervo

---

<sup>1</sup> A expressão “Lugares de Memória” foi criada em 1993, por Pierre Nora. Maior detalhamento ao longo do texto. Fonte: NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, 1993.p.7-28.

histórico selecionado era legalmente constituído com pelo menos Lei ou Decreto de Criação e se no seu acervo possuía material arqueológico pré-colonial. No caso específico dos três locais de estudo, visou identificar seu perfil, historicizar sua trajetória, fazer o inventário total do acervo, quantificação e detalhamento do material pré-colonial, o lugar que esses ocupam no espaço expositivo, as divisões do espaço para exposição, sendo o diagnóstico complementado com registro fotográfico dos espaços e do acervo.

Como estudo de caso, foi desenvolvida pesquisa de campo nos seguintes Lugares de Memória do Vale do Taquari/RS: Museu do município de Arvorezinha - Museu Municipal de Arvorezinha; Museu do município de Lajeado - Museu Histórico Bruno Born; Museu do município de Taquari - Casa Costa e Silva (Figura 01).

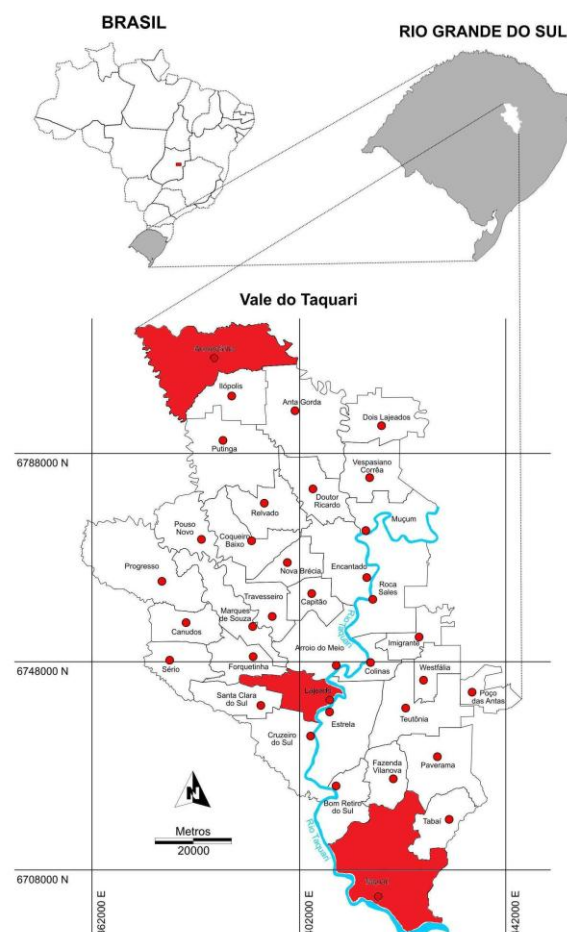


Figura 01 – Mapa de localização dos três municípios com instituições selecionadas como objeto de estudo para esse trabalho. Fonte: Adaptado de Eckerdt, 2005, p.23. 01 Imag. Color.; 1640x2564.

A seleção dos lugares de memória a serem analisados foi feita por meio de critérios relacionados à ocupação humana da região do Vale do Taquari/RS, pois seguindo o proposto por Kreutz (2008, p.103), é possível identificar três áreas distintas de ocupação humana e marcadas geograficamente na região do Vale do Taquari/RS. “A primeira, a região de planalto, situada ao norte do Vale do Taquari/RS. A segunda, que abrange grande extensão territorial, a região intermediária e, por último, localizada ao sul, uma região baixa”.

Estas três áreas irão propiciar ocupações de grupos distintos, tanto no período pré-histórico quanto histórico. Conseqüentemente, a cultura material produzida por eles será também diversa, influenciada tanto pelo meio quanto pela cultura específica de cada grupo. São esses elementos que vão posteriormente compor o acervo dos “lugares de memória” municipais, recebendo por parte de seus organizadores tratamentos diferentes, principalmente devido à identificação com uma história específica.

O presente trabalho pode ser considerado o primeiro na área desenvolvido na região do Vale do Taquari/RS. Os 36 (trinta e seis) municípios que compõem politicamente a região do Vale do Taquari/RS, possuem, seja uma casa de cultura, museu ou algum espaço destinado à guarda de material pré-colonial ou histórico, que façam referência ou sejam originários do respectivo município. No entanto, em uma análise preliminar, pode-se considerar que o material pré-colonial existente nestes espaços não recebe um tratamento adequado, diferente dos demais, sendo vistos como objetos de curiosidade, sem laços de identidade com a comunidade onde o acervo está inserido.

Deste modo, tendo como resultado a apresentação destes três estudos de caso e as discussões a respeito da arqueologia, patrimônio e museologia, este trabalho pretende auxiliar os municípios em um tratamento adequado para com a cultura material pré-colonial da região e em especial aos espaços de preservação visitados. Também contribuirá para que as histórias municipais visualizadas nestes espaços expositivos, retrocedam para a sua pré-história, assim contribuindo para que a comunidade regional passe a valorizar o patrimônio arqueológico dos grupos pretéritos da região, e não apenas os materiais que representam a imigração europeia. Que um novo olhar para com os materiais pré-históricos nos lugares de memórias regionais seja possível.

O projeto de pesquisa arqueológica na região do Vale do Taquari é desenvolvido desde

2000 e coordenado pela arqueóloga Dr<sup>a</sup>. Neli Teresinha Galarce Machado, com apoio do Centro Universitário Univates, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS, sendo regido por Portaria Ministerial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

## **A CONFIGURAÇÃO ATUAL DO VALE DO TAQUARI/RS**

A área em estudo localiza-se na região geopolítica denominada "Vale do Taquari", sita na região central do estado do Rio Grande do Sul. Distante cerca de 150 quilômetros de Porto Alegre, com 4.821,1 Km<sup>2</sup> de área (1,71 da área do estado) e 327.822 habitantes (3,07% do estado – Censo Demográfico 2010), a região situa-se às margens do rio Taquari e afluentes, com um total de 36 municípios (BDR, 2011).

Para o entendimento de região, usa-se o conceito trabalhado por Reichel (2006) em que este:

... está originalmente relacionado à maneira como a geografia crítica o desenvolveu a partir dos anos 1950. Para ela, uma região se organiza a partir da relação que o homem estabelece com a natureza, principalmente através do seu trabalho, resultando dessa troca espaços geográficos, dotados de especificidades naturais, econômicas e humanas. (...) A história, destaca que as relações sociais, fundamentadas nas experiências vividas, nas ideias e nos sentimentos que os homens desenvolvem entre si, bem como a cultura por eles produzida, são igualmente importantes para configurar um espaço delimitado ou, em outras palavras, para definir uma região (REICHEL, 2006, p.44).

É nesta configuração e na formação do contingente populacional da região do Vale do Taquari/RS e posteriormente influenciados pelas emancipações que se constituem as identidades locais.

## **O PROCESSO DE OCUPAÇÃO HUMANA DO TERRITÓRIO EM ESTUDO**

A região em estudo, assim como todo o território nacional, é ocupada sistematicamente desde o período conhecido como pré-colonial. Segundo as pesquisas<sup>2</sup> arqueológicas, realizadas de forma mais sistematizada na região do Vale do Taquari/RS a

---

<sup>2</sup> Projeto de pesquisa arqueológica na região do Vale do Taquari, desenvolvido desde 2000 e coordenado pela arqueóloga Dr<sup>a</sup>. Neli Teresinha Galarce Machado com apoio do Centro Universitário Univates, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS, sendo regido por Portaria Ministerial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

partir de 2000, identificou-se a ocupação por grupos humanos pretéritos como de caçadores-coletores e, em momento posterior, por horticultores<sup>3</sup>.

As pesquisas arqueológicas comprovam, por meio da análise da cultura material encontrada e pelos ambientes ocupados e pesquisados, que os grupos indígenas pretéritos habitavam efetivamente a região e deixaram os vestígios de seu cotidiano. Trata-se de uma “parafernália doméstica”, contemplando fragmentos das vasilhas cerâmicas, materiais líticos e restos de sua alimentação, além da transformação no ambiente ocupado e as influências perceptíveis na contemporaneidade na vida da população local, como traços culturais, cultura, culinária e origem de alguns vocábulos. São esses objetos testemunhos de um tempo e modo de vida que vão formar as coleções pré-históricas dos museus municipais, quando estes são constituídos. (KREUTZ, 2008; SCHNEIDER, 2008; FIEGENBAUM, 2006).

Já no período de colonização do Vale do Taquari/RS, século XVIII e XIX, este passa a receber emigrantes europeus (portugueses, alemães e italianos) e africanos, que se fixam tanto nas áreas de planícies (sul), quanto nas áreas de planalto (norte). Sabe-se que o ambiente altera-se naturalmente, porém a ação humana modifica e acelera este processo. Deste modo, pode-se afirmar que todos os grupos que ocuparam a região do Vale, alteraram significativamente a paisagem encontrada por eles (KREUTZ, 2008).

É preciso ter em conta que estes povoadores acima citados, independente de sua condição social, deixaram heranças em vários aspectos. No caso dos portugueses, percebe-se sua marca na arquitetura e no cultivo do trigo vindo em suas bagagens. Os africanos, nas lutas, danças e culinária. Ambos os grupos foram responsáveis pela formação dos primeiros núcleos urbanos e/ou rurais, porém sua importância histórica muitas vezes é desprezada em virtude da grande leva de imigrantes alemães e italianos que vieram posteriormente, principalmente a partir de 1850, e que deixaram marcas aparentemente mais fortes, na formação do Vale do Taquari (CARVALHO, 2002).

A população indígena, da região do Vale do Taquari, não escapou às consequências do contato com o homem branco colonizador, tanto com os portugueses e espanhóis quanto com os imigrantes alemães e italianos. Seguindo os padrões do que ocorreu em diversas regiões do

---

<sup>3</sup> Para um aprofundamento quanto à ocupação humana pré-histórica do Vale do Taquari/RS, sugere-se consultar os seguintes trabalhos:

KREUTZ, Marcos Rogério. **O contexto ambiental e as primeiras ocupações humanas no Vale do Taquari - Rio Grande do Sul**. 2008. 128f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Centro Universitário Univates, Lajeado, 2008;

FIEGENBAUM, Jones. **Um assentamento Tupiguarani no Vale do Taquari/RS**. 2009, 219f. Dissertação (Mestrado em História) – Unisinos, São Leopoldo, 2009.

Brasil, o indígena local, foi mercadoria de alto valor, foi escravo e expulso dos “Lugares” (Nogueira, 2003) em que tinha raízes, ou melhor, vínculos de identidade (HERRLEIN JR, 1998).

Na região, nota-se que há “quase que a completa ausência” indígena na formação étnica da população local, resultado da forte imigração alemã e italiana. Esta imigração ocorreu em período que na região a população indígena encontrava-se praticamente dizimada. Os grupos remanescentes são novamente expulsos dos locais que habitam, por imigrantes que recebem estes lotes de terras consideradas devolutas, e são empurrados para locais cada vez mais distantes. Também é preciso levar em conta que os grupos de imigrantes vêm com uma cultura fortemente arraigada, num contexto, nos seus países de origem de formação do espírito nacionalista, onde a miscigenação não é vista com bons olhos. E isso se reflete também nos Museus municipais onde há uma clara supremacia das peças históricas em relação aos testemunhos do período pré-colonial (HERRLEIN JR, 1998).

Em relação aos locais onde esses diferentes grupos humanos vão viver, é possível identificar por meio do trabalho realizado por Kreutz (2008), como já exposto acima, que há três locais distintos, cada qual com características geográficas específicas da região do Vale do Taquari/RS para estas ocupações. A região de planalto, situada ao norte do Vale do Taquari/RS, uma segunda, que abrange grande extensão territorial, denominada de região intermediária e, outra localizada ao sul, uma região baixa.

Segundo Kreutz (2008),

É possível concluir que o ambiente foi um fator determinante para a colonização do Vale do Taquari/RS para as populações pré-coloniais e para os imigrantes europeus. As populações alteraram e manipularam o ambiente, criando condições sócio-ambientais que permanecem até hoje. Cada um dos grupos re-criou o seu meio. Observa-se que os caçadores-coletores, que construíram as casas subterrâneas, adaptaram-se a uma região de planalto, num ambiente mais frio. Já os horticultores, utilizaram as planícies ao longo dos rios e arroios, plantando suas roças nas várzeas e vivendo nos locais mais altos. O imigrante europeu utilizou a mesma área dos horticultores, porém a sua instalação foi bem mais impactante do que dos grupos anteriores. Ele ampliou a área para o cultivo e construção de suas estruturas residenciais, cortou a mata para utilizá-la como fonte de energia. Hoje, em 2008, as encostas dos morros são utilizadas para a construção das estruturas de criação de animais (avicultura e suinocultura) (2008, p. 120).

Kreutz (2008) também considera que quando se compara, por exemplo, os sistemas de assentamentos dos horticultores Guarani, do século VI, com os dos imigrantes europeus, portugueses, espanhóis, alemães e italianos, dos séculos XVIII e XIX, nota-se que todos os grupos buscaram e escolheram conforme sua base econômica principal – a horticultura e a

agricultura – locais com características e disponibilidade de recursos naturais similares, como margens de rios e arroios, com floresta e com bioma favorável à diversidade animal e vegetal.

A breve contextualização histórica realizada acima é necessária para entender o comportamento da população atual da região em relação aos seus espaços de memória, pois ao se considerar que todo “Lugar”, conforme Nogueira (2003), é todo o espaço vivido experienciado, e que este contribui para a determinação da identidade dos indivíduos e dos grupos, os quais acabam criando laços afetivos com ele e com as representações materiais da sua história.

Bourdieu (1989) *apud* Pesavento (1980) coloca que:

A luta pela definição da identidade regional ou étnica, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à origem através do lugar de origem e dos sinais duradouros que lhe são correlativos, como o sotaque, é um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de divisão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo (BOURDIEU, 1989, *apud* PESAVENTO, 1980, p.389-390).

Neste sentido, acrescento o abordado por Neves (2000), que considera o passado como a base da memória e a memória como um agente capaz de preservar e até mesmo de parar o tempo, pois através dela os acontecimentos nunca morrem e que a memória e a história são suportes da identidade dos indivíduos e também da sociedade. A principal relação entre a memória e a história com o sujeito é ter uma função social, de conscientizar o sujeito do seu papel no processo histórico e fazer com que esta consciência seja permanentemente instigada. Deste modo, identifica “os lugares da memória” como fundamentais na função de amparar a identidade coletiva, impedindo que o presente siga em direção ao futuro, sem um elo com o passado (NEVES, 2000, p.112).

No âmbito dos museus, entendidos como importantes “lugares de memória” onde os objetos em sua maioria são de suporte tridimensional, o elo com o passado, a relação de identidades e a evocação das memórias é feita a partir desses objetos/documentos.

Após estas considerações, espera-se que se consiga ver que o museu é espaço de elo entre o homem e o real. Cada vez mais são possíveis novas formas de museus, mas o fundamental é que todos nascem para atender as necessidades sociais e só tem sentido se assim for. Essa alteração só foi possível com a reflexão desencadeada com sua longa trajetória, onde se incorporou as noções de identidade, territorialidade e se tirou o foco dos



objetos transferindo-o para a comunidade. Surge uma nova visão para o tratamento que se dá aos lugares de memória, desprendendo-se de velhos conceitos e generalizações, indo em busca do princípio básico a que se destinam estes locais, a função social (BELLAIGUE, 1992).

### **ANALISANDO OS TRÊS LOCAIS DE ESTUDO**

Os três Museus municipais, analisados segundo o Estatuto de Museus (2009), não se enquadrariam como Museus, apesar de serem reconhecidos pela comunidade como instituições desta natureza e serem criados para este fim. O Museu de Arvorezinha deve ser analisado de forma diferenciada, por estar passando por ampla reformulação no momento da pesquisa e não estar aberto ao público. Já os Museus de Lajeado e Taquari, apesar de possuírem espaços maiores e as salas estarem divididas por temáticas, e também serem reconhecidos pela comunidade como Museus, estão longe de serem multidisciplinares e cumprirem todas as funções estabelecidas para instituições com este fim.

Podem-se considerar os três museus municipais como salas de exposição, com peças descontextualizadas e supremacia dos objetos históricos e sem controle de acervo por meio de livro tomo. Este quando há, não está completo. Lajeado e Taquari estavam atualizando ou registrando o acervo no respectivo livro, mas é preciso levar em consideração que são instituições com mais de 20 anos de existência e este controle deveria existir desde o início de suas atividades.

Os três museus analisados possuem em seu acervo material pré-colonial, no entanto este acervo em todos os casos encontra-se desprestigiado e descontextualizado. No Museu de Arvorezinha, foi encontrada somente uma peça lítica, localizada na sala onde o acervo encontra-se depositado para posterior reformulação, não estando este objeto identificado como acervo pré-colonial.

No Museu de Lajeado, o material pré-colonial no total de 19 peças, está todo em exposição, com informações inadequadas sobre o acervo e descontextualizado junto ao acervo histórico na sala denominada “sala do trabalho”.

No Museu de Taquari, o acervo no total de 05 peças está também todo em exposição e descontextualizado e assim como em Arvorezinha, não está identificado como pré-colonial.

As três instituições possuem profissionais qualificados ou que estão se qualificando

para atuarem adequadamente nestes espaços. Porém, a sua atuação esbarra na falta de condições oferecida pelos administradores, ou Prefeitura, como estagiários, orçamento próprio e espaço adequado e único para o Museu. Uma estrutura para colocarem em prática as exigências atuais da área da museologia.

Um dado muito importante é que os museus de Arvorezinha, Lajeado e Taquari, não possuem Plano Museológico. A falta desse instrumento dificulta a ação dessas instituições, pois é por meio dele, que se define claramente a missão desses espaços e principalmente as formas de aquisição e descarte do acervo, uma das maiores dificuldades enfrentadas por estas instituições. O Plano Museológico serve como um guia para o dia a dia do museu e impede que se criem situações que continuem entulhando os museus com peças que não se enquadram, ou não têm relação com a missão do mesmo. Taquari estava elaborando seu Plano Museológico.

Os três museus visitados, mesmo tendo como objetivo retratar de forma geral toda história dos municípios em que estão inseridos, apresentam uma clara supremacia das peças do período pós-colonização europeia. Esta situação demonstra duas questões. Uma, a identificação da comunidade contemporânea com uma história coletiva específica que quer ver representada nestas instituições, que reflete justamente a falta de relação e/ou identificação com o passado pré-colonial regional e outra o despreparo em lidar com o acervo pré-colonial. O desconhecimento em identificar, contextualizar e dar significado a este acervo auxilia no desprestígio desse e que se contrapõe a facilidade em trabalhar com o acervo histórico, do qual possuem um maior domínio.

Apesar de esses municípios terem sido colonizados por grupos distintos no período histórico, a relação com os testemunhos do passado pré-colonial é a mesma. Não há relação, identificação e apropriação para a patrimonialização desse acervo.

Outro ponto de destaque na análise das instituições visitadas é que, mesmo tendo se emancipado há muito tempo, somente na década de 1980 é que instituem seus museus. Taquari institui seu museu em 1985, Lajeado em 1982 e Arvorezinha em 1980. Taquari é o município mãe da região do Vale do Taquari, tendo sua emancipação em 1849. Lajeado emancipa-se em 1891 e Arvorezinha em 1959.

Conforme Santos (2004), estes municípios seguiram uma tendência mundial e de outras regiões do Brasil, onde nas últimas quatro décadas do século XX, foram criados cerca dos 82% dos museus existentes, sendo que a maior parte deles é criada na década de 1980.

Isto, segundo o mesmo autor, ocorre devido a uma demanda local de preservação, uma necessidade de preservação das memórias locais. Outro fator é a mudança no olhar para com os museus que passam a atrair investimentos e visitantes, abrindo novas portas ao turismo.

É preciso também levar em consideração o processo histórico de cada região, mas as políticas locais influenciadas pelo contexto nacional de valorização dessas instituições têm papel fundamental para a criação desses novos espaços. Destaca-se, ainda, o museu como forma de registro da atuação de determinado executivo nos municípios, que ficam perpetuados na história de cada instituição, sem, no entanto, terem estrutura adequada para cumprirem seu papel. Esses museus municipais são criados pelas esferas políticas, de “cima para baixo” e não criados com a participação das comunidades, por isso também a dificuldade de se criarem laços entre ambos.

No entanto, é preciso destacar que em nenhum museu visitado do Vale do Taquari/RS, há um museólogo responsável. Os profissionais que atuam nestes espaços são ligados à área de História e buscam sua qualificação junto ao Sistema Estadual de Museus e/ou outros cursos de extensão.

Outro fator é que os três espaços visitados refletem ainda os primórdios das instituições museais. São gabinetes de curiosidades, aglomerado de peças descontextualizadas e apesar de os profissionais que atuam saberem o ideal de museu e buscarem sua adequação, esbarram nas estruturas administrativas, onde a cultura está longe de ser prioridade. O orçamento da cultura nos lugares aos quais os museus estão ligados volta-se muito mais à promoção de eventos, como festas, teatros e shows, do que a readequação dos museus e qualificação destes espaços e seus profissionais.

O que ocasiona esta situação de desprestígio não é somente o escasso orçamento e a escolha de prioridades, mas o despreparo dos administradores municipais, aqui englobando executivo e legislativo.

É preciso fazer com que os administradores não vejam os museus somente como espaços de propaganda política e produtos de turismo, mas como locais de preservação e referência da história e da identidade da comunidade. E mais do que isso, que o acervo do museu e o museu em si sejam entendidos como patrimônio deste município. Pois agir visando somente a um fim econômico, mesmo que indireto por meio do turismo, é não valorizar as reais funções do museu. Turismo e patrimônio podem e devem andar juntos, mas não um sendo usado somente como meio para se atingir o outro.

Para se chegar a este fim, considerado ideal, de espaço de pesquisa, referência e preservação, é preciso educar tanto a comunidade quanto seus representantes.

Cabe às novas gestões, seguindo as políticas nacionais da cultura que seguem uma tendência crescente de valorização dessa temática, principalmente após década de 1980, a tarefa de readequarem esses espaços, com apoio das legislações específicas sobre o assunto, garantido assim a valorização da diversidade do acervo que possuem, e não de apenas um segmento.

## **PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO PRÉ-COLONIAL DO PRESENTE PARA O FUTURO**

O acervo arqueológico pré-colonial é visto como patrimônio nacional desde as primeiras legislações sobre esta temática. Tessitore (2003, p.11), já colocava que:

... a experiência humana, em sua imensa diversidade, tem produzido e acumulado um grande número de registros que a testemunham e indicam os caminhos trilhados, possibilitando o seu conhecimento e reavaliação. Esse conhecimento é essencial para que cada pessoa, segmento social ou instituição construa sua identidade e defina sua atuação, individual ou coletiva, na sociedade em que vive.

E o material pré-colonial é exatamente isto, testemunho que indica o caminho trilhado pela humanidade e que possibilita seu conhecimento e reavaliação. Por isso a necessidade de sua preservação, conjuntamente com os outros testemunhos, tanto materiais quanto imateriais.

É preciso considerar que a subjetividade humana não nos permite somente preservar determinado tipo de testemunho, pois no futuro o que vai ser considerado patrimônio pode ser algo totalmente diferente das tendências contemporâneas. Deste modo, apoiar a preservação de múltiplos acervos, patrimônios e instituições é fundamental, desde que com objetivos claros e seguindo metodologias adequadas.

Segundo Silva (2008b), o conceito de patrimônio está intimamente relacionado ao legado que herdamos do passado e que transmitimos a gerações futuras. Todas as manifestações materiais de cultura, frutos das ações humanas, têm sua existência física num espaço e num determinado período de tempo. Algumas manifestações materiais acabam por desaparecer, esgotadas na sua funcionalidade e significado. Outras, no entanto sobrevivem aos seus criadores, acumulando-se a outras expressões materiais.

Por meio da própria dinâmica da existência, destes objetos e pela sua permanência no

tempo, eles são reformulados e reinterpretados no presente. Assim:

... aquilo que é ou não é patrimônio, depende do que, para um determinado coletivo humano e num determinado lapso de tempo, se considera socialmente digno de ser legado a gerações futuras. Trata-se de um processo simbólico de legitimação social e cultural de determinados objetos que conferem a um grupo um sentimento coletivo de identidade. (...) É através desta identidade passado-presente que nos reconhecemos coletivamente como iguais, que nos identificamos com os restantes elementos de nosso grupo e que nos diferenciamos dos demais. O passado dá-nos um sentido de identidade, de pertença e faz-nos conscientes da nossa continuidade como pessoas através do tempo. A nossa memória coletiva modelada pelo passar do tempo não é mais de que uma viagem através da história, revisitada e materializada no presente pelo legado material, símbolos particulares que reforçam o sentimento coletivo de identidade e que alimentam no ser humano a reconfortante sensação de permanência no tempo (SILVA, 2008b, p?).

Em relação ao patrimônio pré-colonial, o laço de identificação com a comunidade contemporânea é tênue. Não há o sentimento de pertença e a legitimação em busca de um sentimento de identidade coletiva. Este sentimento seria mais forte ou fácil de adquirir pelos descendentes desses grupos que produziram esses objetos e que se encontram nos museus, mas eles não frequentam estes espaços. Como já exposto, estes objetos despertam na comunidade que visita os museus, um sentimento de curiosidade e de autoafirmação de um passado que não lhes pertence e que reforça, em outro sentido a identificação mais acentuada com seu passado europeu.

Neste contexto, os materiais pré-coloniais apresentam uma característica comum, que os une nestes lugares de memória, a “estratigrafia do abandono”, que os “sufoca e fossiliza, enquanto manifestação da nossa memória cultural. Esta estratigrafia do abandono é responsável pelo esquecimento das fontes arqueológicas e pela sua inserção no terreno das memórias exiladas” (BRUNO, 1999, p.23).

Em outras palavras, isto implica dizer que as coleções arqueológicas quando inseridas no contexto dos acervos museológicos se mostram pouco articuladas com outros conjuntos patrimoniais, o que revela então camadas de relações que foram estabelecidas para com estes artefatos e evidencia um processo que destaca o isolamento e o esquecimento dos objetos arqueológicos enquanto elementos constituintes das memórias locais, regionais ou nacionais – daí porque serem memórias exiladas. De uma maneira mais ampla, podemos enxergar a formação dessa estratificação a partir do período vinculado à obra colonizadora, desde esta época já pode ser percebida uma estrutura que arregimentou valores e definiu objetos e objetivos nas terras conquistadas, incitando assim um desapego ao passado nativo. Um exemplo disto pode ser notado na subjugação da oralidade e da “artefatualidade” nativas em favor das letras e da cultura material europeia (SILVA, 2008a, p.15).

Outro fator envolvido nesse processo é que, segundo Silva (2008a), mesmo havendo um avanço nas pesquisas arqueológicas no país, seus resultados não foram usados para a

construção da identidade nacional. Assim, o desconhecimento sobre o passado e a herança desses grupos contribuiu para seu desprestígio. Além de que, em alguns casos, a associação ao elemento indígena dificulta o reconhecimento dos bens arqueológicos como parte integrante do nosso patrimônio.

A postura dos profissionais que trabalham com arqueologia, em relação aos acervos museais, também auxilia na manutenção desse distanciamento, tendo em vista que para alguns “as coleções arqueológicas presentes em museus não são consideradas patrimônio arqueológico, isto porque para vários pesquisadores o conceito de patrimônio arqueológico está restrito ao que é encontrado nos sítios arqueológicos e que é, portanto, passível de escavação” (SILVA, 2008a, p.17).

Como já abordado anteriormente, o patrimônio arqueológico esteve presente desde os primórdios das discussões sobre o patrimônio nacional e esteve também sempre presente nas coleções/acervos dos primeiros museus brasileiros. Deste modo, não há como discutir somente arqueologia e não falar do campo da museologia. A interação entre esses dois campos é fundamental e denominada de Musealização da Arqueologia, na qual:

... a Arqueologia evidencia facetas das sociedades, descobre peculiaridades de um passado às vezes esquecido e faz aflorar os indicadores da memória, mas não tem potencialidades efetivas de comunicar-se em larga escala com a sociedade presente. Já a Museologia se estrutura como área do conhecimento específica para viabilizar essa comunicação, mas depende, evidentemente, da produção de conhecimento próprio às áreas que estudam os indicadores da memória, como é o caso da arqueologia (BRUNO, 1999, p.130).

Os museus e exposições deveriam ser um meio a mais de desmistificar o passado pré-colonial. Arqueologia e museologia trabalhando juntas para evitar o tratamento inadequado destas coleções. Muito antes de a arqueologia institucionalizar-se, era para estas instituições que as pessoas levavam suas doações e mesmo carente de informações são registros testemunhos que não devem ser ignorados ou excluídos do processo de construção do cenário de ocupação pré-colonial. É preciso chamar a atenção para estes acervos que os museus possuem, para seu potencial, e para que sejam valorizados como fonte de informação.

Se a criação de museus brasileiros no século XIX representa de certa forma o nascimento da arqueologia enquanto ciência no país, este momento também pode ser visto como um condicionante a mais no quadro de desprestígio das coleções arqueológicas em relação a outros elementos, ligados às ciências naturais ou a etnografia. Se por um lado demonstra um olhar naturalista para os bens arqueológicos, por outro, define o papel de

coadjuvante que as coleções referentes ao passado pré-colonial têm ocupado no cenário museológico nacional (SILVA, 2008a; BRUNO, 1999).

Os museus normalmente são marcados pela forte presença da administração pública, o que ocorre também nos três espaços visitados neste estudo. A presença e influência da administração pública trazem à tona e procura deixar em evidência uma identidade regionalizada e local que valoriza aspectos do passado que estão firmemente atrelados em uma historiografia factual. As exposições e forma de distribuição dos objetos no espaço museal demonstram exatamente isto, e é neste processo que as fontes arqueológicas, apesar de serem expressivas e até conhecidas, acabam por ocupar espaços diminutos (SILVA, 2008a).

Sendo assim, é preciso que ainda haja transformações no campo dos museus, pois apesar de todas por quais passou ao longo do século XX, “sua multiplicação em diversos países do mundo e, principalmente, a abrangência praticamente ilimitada de objetos que engloba indicam que ele é um dos lugares-chave para se entender as sociedades modernas e a forma pela qual elas se fazem representar” (BREFE, 1998, p.135 *apud* SILVA, 2008a, p.39).

Dessa forma, será possível modificar a visão dos brasileiros em não se relacionar com os bens arqueológicos como parte de suas memórias, o que é também causa, ou efeito, do fato de que “a produção em arqueologia tem ficado, em geral, circunscrita à divulgação e conhecimento entre pares” (BRUNO, 2005, p.237)

Outro fator que relegou ao acervo arqueológico um papel coadjuvante nos espaços museais foi que diversas universidades abrigaram ou criaram instituições arqueológicas. E este envolvimento com a universidade ou pelo mundo universitário, que academizou o estudo do passado pré-colonial, negou ao museu também instituição de pesquisa, condições e credibilidade de desenvolver este trabalho (BRUNO, 1999).

Segundo Cândido (2004, *apud* Silva, 2008a), o dilema de explicar o resultado das pesquisas arqueológicas ao público em geral tem sido uma preocupação que integra debates recentes na arqueologia. Assim, neste sentido, a arqueologia se integra a museologia, visando devolver à sociedade o conhecimento produzido a partir do trabalho arqueológico.

Dessa maneira, podemos dizer que na contemporaneidade tanto a museologia quanto a arqueologia têm percebido que o patrimônio só passa a ser uma herança quando as pessoas passam a apropriá-lo na sua realidade cotidiana, dessa apropriação e da consciência acerca desta herança é que resulta em última instância a preservação do patrimônio. [...] Contudo, ressalta-se o fato de que, uma vez os objetos estando em um museu, eles adquirem novas significações, seja por meio de um discurso construído, ou através das características que envolvem o gerenciamento destes (SILVA, 2008a, p.52-52).

Sendo assim, fica evidenciado onde e quando essas fontes são ou não convertidas em referência cultural, e também onde ocorre a formação das conjunturas que configuram a estratigrafia do abandono. “Isto é, surgem situações em meio às quais o patrimônio arqueológico fica isolado e sem se articular com outros conjuntos patrimoniais, ou seja, não proporciona informações e não contribui para a formação das identidades” (SILVA, 2008a, p.150).

Segundo Arévalo (2010, p.6-7), fazendo uso do que foi dito por Nora (1993):

... os lugares de memória são espaços criados pelo indivíduo contemporâneo diante da crise dos paradigmas modernos, e que com esses espaços se identificam, se unificam e se reconhecem agentes de seu tempo, isto é, a tão desejada volta dos sujeitos: "a atomização de uma memória geral em memória privada dá à lei da lembrança um intenso poder de coerção interior. Ela obriga cada um a se relembrar e a reencontrar o pertencimento, princípio e segredo da identidade. Esse pertencimento, em troca, o engaja inteiramente”.

O exposto acima é uma questão crucial para a identificação de quem é herdeiro do patrimônio nos Lugares de memória, pois só será preservado se houver apropriação desses espaços pela sociedade, visando a construção e fortalecimento de suas identidades.

Isto demonstra que, mais do que a necessidade de manutenção de um local é preciso que haja mobilização em torno dele e apropriação pelos grupos sociais do seu entorno e seus visitantes, para que por meio deste espaço possam continuar a trilhar seu caminho na sua constante busca de auto legitimação para a ação política.

Assim, segundo Arévalo (2010, p.11-12), a sociedade busca e usa os lugares de memória como uma ferramenta para tornar-se agente de seu tempo.

No entanto, para Nora, os lugares de memória são essencialmente meios, meio de acesso a uma memória, que não é memória, é história, porque está reconstituída através de vestígios e, mais importante, uma memória que é reivindicada e não espontânea, como queria Hallbwachs. Essa memória não é mais construída no grupo, mas para o grupo pela história, para que este possa nela encontrar elementos que legitimem sua ação política no presente.

Com o apresentado acima, é possível responder de certa forma e nunca generalizando, que o acervo arqueológico nos três Lugares de Memória do Vale do Taquari, é patrimônio para os agentes históricos do futuro que diferente dos do presente, por meio da readequação dos espaços museais e das políticas e ações de educação patrimonial, serão capazes de se apropriar deste patrimônio.



Estas colocações são fundamentais para refletir sobre o papel dos museus em geral, mas principalmente dos três museus municipais analisados, que estão longe de possuir esta interação e interdisciplinaridade, capaz de fazer os museus serem realmente espaços de ligação identitária, educação, pesquisa, patrimônio e sentimento, sendo então por meio deles possível despertar a apropriação, neste caso em relação principalmente ao acervo arqueológico pré-colonial, pelas comunidades e agentes do presente e não só do futuro.

## CONCLUSÃO

A região geopolítica do Vale do Taquari, assim como todo o território nacional, passou por um longo processo de ocupação humana e transformação do seu ambiente. Cada grupo humano no seu tempo deixou marcas, tanto em aspectos físicos e materiais quanto imateriais.

As populações pré-coloniais deixaram, por exemplo, evidências de sua passagem por meio dos objetos de uso cotidiano encontrados por toda região. Os colonizadores europeus que desde o século XVII começam a passar pelo que se tornaria a região do Vale do Taquari, também deixaram marcas de sua passagem, porém é a partir da efetivação da ocupação, por meio de sesmarias e, posteriormente, com a vinda dos imigrantes, principalmente alemães e italianos, que as transformações ficam mais evidentes.

Os costumes, estilo de construção das moradias, os utensílios domésticos e de trabalho, são características marcantes na região. E cada uma das três instituições selecionadas localiza-se em um município que representa um grupo diferente que ocupou a região foco de estudo.

O município de Arvorezinha, na região norte do Vale do Taquari, com características da região de Serra, apresenta possibilidades da ocupação pré-colonial por grupos de caçadores e coletores, os construtores das casas subterrâneas, bem como em período posterior nas margens das pequenas planícies de grupos horticultores. Já a partir do século XIX, a colonização efetiva-se pelos imigrantes italianos.

O município de Lajeado, que se localiza em uma região intermediária ou central do Vale do Taquari, geograficamente falando, apresenta extensas planícies características da depressão central do Estado e morros de baixa altitude, mas também semelhanças com a região da Serra. No período pré-colonial, seu território foi intensamente ocupado pelos grupos horticultores e no período colonial, principalmente no século XIX, por imigrantes alemães.

O município de Taquari, ao sul do Vale do Taquari, representado por extensas planícies, possibilitou a ocupação dos grupos horticultores, bem como no período colonial, foi a porta de entrada para os portugueses, cujas características predominam no município.

Esta configuração geográfica e de ocupação populacional criou uma característica identitária para o Vale do Taquari, onde há a supervalorização do período colonial e das heranças desse contexto. Percebe-se a negação do passado nativo e escravo em contraponto ao passado imigrante, visto como precursor do progresso e desenvolvimento.

Interessante lembrar que esse desprestígio em relação ao acervo pré-colonial é também fruto do ensino formal de história, que continua apresentando a pré-história como uma etapa do processo evolutivo da humanidade. E isso se reflete, no espaço expositivo dos museus municipais, lugares de memória, nos quais os objetos testemunhos do passado imigrante estão melhor contextualizados em relação às evidências do período pré-colonial, tidas como objetos de curiosidade e exóticas.

Os três municípios citados constituíram seus Lugares de Memória, seus Museus, na década de 1980, impulsionados pelo contexto nacional de valorização da cultura por meio dessas instituições. A instalação desses museus, apesar de seguir a tendência regional e nacional, ficou marcada pela inadequação desses espaços, que foram criados sem estrutura e condições de cumprirem seu papel. Foram atitudes administrativas que usaram estas instituições como marca de governo, como se cada município tivesse que ter um museu e sua criação bastasse, mesmo sem a base para seu adequado funcionamento.

Essas atitudes legaram para o tempo presente instituições que necessitam ocupar seu tempo readequando-se, consertando erros passados. Em vez de seguirem novas tendências, estão sempre um passo atrás.

O principal objetivo desse trabalho foi identificar o tratamento dispensado ao patrimônio arqueológico nos três museus municipais selecionados. Pode-se inferir que, o que acontece nessas três instituições visitadas reflete o que ocorre nos demais museus do Vale do Taquari, no entanto essa afirmação só poderá ser comprovada com a verificação em cada espaço museal existente.

Destaco que os problemas diagnosticados e apresentados nesta dissertação não devem ser vistos somente como críticas negativas, mas como um instrumento para fundamentar as ações e políticas futuras de reformulação e readequação destes espaços. Reforço que assim como os problemas não foram causados por somente uma pessoa, mas sim influenciados pelo

contexto e pelas esferas públicas superiores, as transformações também não serão possíveis por iniciativas individuais. É necessário engajamento na busca pela qualificação.

Sabe-se que nem sempre é possível propiciar a participação em cursos e oficinas para a equipe que atua nos Museus, pois isto demanda a ausência do local de trabalho. Deste modo, a contratação de assessoria técnica, que se desloca até a instituição, supre esta carência. Como tem acontecido em outros setores da sociedade, a parceria com as instituições de ensino, que possuem profissionais com experiência na área apresenta-se como uma saída, que traz resultados satisfatórios para ambos os lados e é estimulada pelo próprio Estatuto de Museus (11.904/2009).

Um dos caminhos nesse sentido é a realização de um diagnóstico completo sobre sua instituição, para identificar os problemas e buscar soluções. Esse passo é a base para a construção do Plano Museológico do Museu que, além de ser uma exigência legal, como já exposto, é o guia para o dia a dia desses espaços.

Outro fator importante nos Museus é o cadastro e o constante contato com os órgãos regulamentadores, como o Sistema Estadual de Museus e o Sistema Brasileiro de Museus, que dão subsídios para o bom funcionamento das instituições, além de oferecerem cursos de capacitação. Porém, a participação em cursos e oficinas não deve girar somente em torno daqueles que tratam das questões práticas de conservação e exposição, mas permitir o aprofundamento ao conhecimento sobre o acervo existente nas instituições.

Neste sentido, uma sugestão é participar de palestras, por exemplo, sobre a pré-história e história regional, possibilitando a contextualização adequada do acervo em exposição, levando-se em consideração as especificidades regionais, pois, tão importante quanto identificar a peça, é dar sentido a ela.

Outro exemplo é a participação em atividades de Educação Patrimonial, que visam preparar as pessoas para o entendimento das possibilidades de conhecimento por meio dos diferentes patrimônios, incluindo os acervos que estão nos Museus. A educação para o patrimônio não se restringe às equipes que trabalham nos museus, mas a toda a comunidade e seus representantes políticos.

As administrações públicas, juntamente com suas secretarias de cultura e os museus municipais, podem e devem buscar via Sistema Estadual de Museus ou em parceria com outras instituições, sejam elas de ensino ou congêneres, a readequação de seus Lugares de Memória.

Percebeu-se com este trabalho, que o patrimônio existente nesses museus precisa ser valorizado não só pelas equipes que trabalham nessas instituições, visando a disseminação do conhecimento do passado regional pré-colonial e a construção de uma identidade regional ligada a esse passado, que o valorize enquanto seu, mas também pelos pesquisadores da arqueologia, que podem e devem usar estes testemunhos como fontes de informação para a construção do cenário de ocupação pré-colonial e não só os resultantes das escavações. Os testemunhos tanto de escavação quanto de doações, mesmo sem muitas informações, podem se complementar.

Se não houver transformação no olhar dos arqueólogos e mudanças na metodologia de trabalho aplicadas nessas instituições, seguindo as novas tendências da museologia, o patrimônio arqueológico permanecerá adormecido nesses espaços e a comunidade não será capaz de se apropriar deles.

É preciso melhorar o preparo das equipes, que atuam nestes espaços para lidar com a tipologia do acervo existente, que foi legado pelo recebimento descontrolado e inadequado de doações. O profissional que atua, deve saber trabalhar igualmente com a diversidade de testemunhos e conseqüentemente de grupos representados, para comunicar e educar, sem desprestigiar um em relação ao outro.

Assim, pode-se inferir que permanecendo o tratamento existente, o patrimônio arqueológico só será realmente apropriado no futuro, quando as ações de educação para o patrimônio, que visam demonstrar e valorizar a diversidade cultural tiverem efeito.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHLERT, Lucildo; GEDOZ, Sirlei Teresinha. Povoamento e desenvolvimento econômico na região do Vale do Taquari, Rio Grande do sul – 1822 a 1930. **Estudo & Debate**, Lajeado, ano 8, n.1, 2001, p.49-91.

BELLAIGUE, Mathilde. **O desafio museológico**. Conferência apresentada durante o V Fórum de museologia do nordeste em Salvador, 1992.

BRUNO, Maria Cristina. Arqueologia e antropofagia: a musealização de sítios arqueológicos. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**.: Museus: antropofagia da memória e do patrimônio. n. 31. Brasília: IPHAN, 2005.

BRUNO, Maria Cristina. Musealização da arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema. In: **Cadernos de sociomuseologia**. n.17. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1999.

CARVALHO, Vera Regina F. Da ilha de Açores à freguesia de Taquari: uma trajetória dos imigrantes açorianos no continente do Rio Grande. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 9, n.1, 2002, p.39-57.

CHAGAS, Mário de Souza . Memória e poder: Dois movimentos. In: **Cadernos de Sociomuseologia**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000. n.19.

ECKHARDT, Rafael Rodrigo. **Zoneamento ambiental do Vale do Taquari**. 2005. f. Monografia (Bacharelado em Biologia) - Centro Universitário Univates, Lajeado, 2005.

FIEGENBAUM, Jones. **Os artesãos da pré-história do Vale do Taquari e sua cultura material**. 2006. 84f. Monografia (Licenciatura em História) – Centro Universitário Univates, Lajeado, 2006.

FIEGENBAUM, Jones. **Um assentamento Tupiguarani no Vale do Taquari/RS**. 2009, 219f. Dissertação (Mestrado em História) – Unisinos, São Leopoldo, 2009.

HERRLEIN JR, Ronaldo. Tráfico mercantil, expropriação e escravidão do indígena: o Vale do Taquari no anos de 1500 a 1737. **Estudo & Debate**, Lajeado, ano 5, n.2, 1998, p.65-103.

KREUTZ, Marcos Rogério. **O contexto ambiental e as primeiras ocupações humanas no Vale do Taquari - Rio Grande do Sul**. 2008. 128f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Centro Universitário Univates, Lajeado, 2008.

KUHN, Fabio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004. p.71

MILDER, Saul Eduardo Seiguer. Caçadores coletores: a problemática arqueológica e ambiental sobre os primeiros povoadores do Rio Grande do Sul. **Revista do CEPA**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v. 23, n. 30, p. 7-56, 1999.

NEVES, Lucília de Almeida. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. In: **História Oral** – Revista da Associação Brasileira de História Oral, nº 3, junho de 2000, p. 109-116.

NOGUEIRA, Marly. Considerações acerca do conceito de lugar geográfico: a singularidade socialmente produzida. In: \_\_\_\_\_. **Sete Lagoas: a dinâmica funcional de um lugar na rede urbana de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: UFRJ/IGEO, 2003. (Tese de doutorado)

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP. Nº 10, 1993.p.7-28.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A invenção da sociedade gaúcha. In: **ENSAIOS FEE** (Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser). Porto Alegre, RS – Brasil, 1980.

\_\_\_\_\_. **História do Rio Grande do Sul**. 9. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Documentos 5**. 2 ed. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2006.

SCHNEIDER, Patrícia. **Cozer, guardar e servir: a cultura material do cotidiano no sítio pré-colonial RS T 101 - Marques de Souza/RS**. 2008. 75f. Monografia (Licenciatura em História) – Centro Universitário Univates, Lajeado, 2008.

SILVA, Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da. Musealização da arqueologia: diagnóstico do patrimônio arqueológico em museus potiguares. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do MAE/USP, 2008a. (Dissertação)

SUANO, Marlene. **O que é museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REICHEL, Heloisa J. Fronteiras no espaço platino. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. **Colônia**. v. 1. Passo Fundo: Méritos, 2006.

TESSITORE, Viviane. **Como implantar centros de documentação**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003. 52p. (Projeto como fazer, 09)

## LEGISLAÇÃO

ARVOREZINHA. Lei n. 480 de 07 de outubro de 1980. Cria o Museu Histórico do Município e dá outras providências. Arvorezinha, 1980.

LAJEADO. Decreto nº 1.968 de 05 de abril de 1982. Cria o Museu de Lajeado e dá outras providências. Lajeado, 1982.

## LEGISLAÇÃO EM MEIO ELETRÔNICO

BRASIL. República Federativa do. Lei n. 11.904, de 14 de Janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm). Acesso em 12 out. 2009.

## TEXTOS ONLINE

ARÉVALO, Marcia Conceição da Massena. **Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto.** Disponível em: [www.anpuh.org/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=62](http://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=62). Acesso em 10 ago. 2010.

BDR – Banco de Dados Regional Vale do Taquari. Disponível em: [http://www.univates.br/files/files/univates/bdr/Perfil\\_VT\\_Setembro\\_2011.pdf](http://www.univates.br/files/files/univates/bdr/Perfil_VT_Setembro_2011.pdf). Acesso em 16 junho 2013.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus Brasileiros e política cultural. **RBCS** Vol. 19 nº. 55 junho/2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v19n55/a04v1955.pdf>. Acesso em 05 abr 2009.

SILVA, Elsa Peralta da. **Patrimônio e identidade: Os desafios do turismo cultural.** Disponível em: <http://www.aguaforte.com/antropologia/peralta.html>. Acesso em 31 jul. 2008b.

## SITES

ABM – Associação Brasileira de Museus – <http://www.museologia.org.br/>. Acesso em 20 jul. 2009.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaInicial.do>. Acesso em 20 jul. 2009.

Revista Museu – <http://www.revistamuseu.com.br/default.asp>. Acesso em 20 jul. 2009.

SBM – Sistema Brasileiro de Museus – <http://www.museus.gov.br/agenda.htm>. Acesso em 20 jul. 2009.